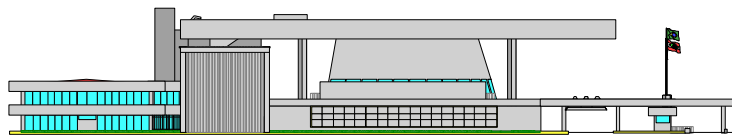


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 04 DE AGOSTO DE 2008

NÚMERO 5.926

16ª Legislatura  
2ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia

**PRESIDENTE**

Clésio Salvaro

**1º VICE-PRESIDENTE**

Ana Paula Lima

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rogério Mendonça

**1º SECRETÁRIO**

Valmir Comin

**2º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro

**3º SECRETÁRIO**

Antônio Aguiar

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO**

**DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**

Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL**

**DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA**

**BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO**

**BRASILEIRO**

Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO**

**TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Elizeu Mattos

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Professor Grandó

**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente

Edson Piriquito - Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori

Professor Grandó

**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XII - NÚMERO 1226**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Publicações Diversas**

Audiência Pública.....	2
Errata .....	4
Extratos .....	4
Atas das Comissões	
Permanentes .....	5
Redações Finais.....	8

**PUBLICAÇÕES DIVERSAS****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ORÇAMENTO ESTADUAL  
REGIONALIZADO, ABRANGENDO AS REGIONAIS DE RIO DO  
SUL, IBIRAMA, ITUPORANGA E TAIÓ, REALIZADA NO  
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL EM 19 DE JUNHO DE 2008, AS  
14H**

Aos dezanove dias do mês de junho do ano dois mil e oito, às quatorze horas, no salão da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), por iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), em conjunto com o governo do Estado, reuniram-se em audiência pública representantes das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional (SDRs) de Rio do Sul, Ibirama, Ituporanga e Taió, representantes dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, entidades representativas, autoridades civis e militares e a sociedade em geral, com o objetivo de debater o Projeto de Lei 102.6/2008 em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2009. Iniciando a audiência pública, a **senhora Vera Lúcia Pereira Pacheco, mestre-de-cerimônias**, informou que a audiência seria coordenada pelo presidente da Comissão de Finanças e Tributação ou por um deputado membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, acrescentando a metodologia de trabalho a ser desenvolvida. Na seqüência convidou para que tomassem assento à mesa as seguintes autoridades: deputado Jorginho Mello, presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado; deputado Silvio Dreveck; deputado Renato Hinnig; deputado Jean Kuhlmann; deputado Carlos Hoegen; deputado Rogério Mendonça (Peninha); deputado Ismael dos Santos; deputado Jaime Pasqualini; senhor José Batista da Silva, representando o secretário da SDR de Rio do Sul; senhor Paulo Cezar Schlichting da Silva, prefeito de

Agrolândia e presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi); e doutor Ernani Dutra, promotor de justiça de Rio do Sul, representando o procurador-geral de Justiça, doutor Gercino Gomes Neto. A seguir a senhora mestre-de-cerimônias passou a palavra ao presidente da audiência, **deputado Jorginho Mello, presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado**, que cumprimentou os presentes e disse que estavam cumprindo mais um compromisso do Poder Legislativo de Santa Catarina, não somente por ser uma determinação constitucional, mas por ser importante ouvir cada região para saber das suas necessidades. Ponderou que o momento era de aprendizado para todos, já que discutir todas as etapas do Orçamento era um processo didático, e ressaltou que o governo vem cumprido sua missão e a Assembléia tem cobrado a execução das ações alencadas pela sociedade. Esclareceu que não poderiam fugir das doze ações que estão no PPA e que na seqüência o ex-deputado Lício Mauro da Silveira, coordenador do Orçamento Estadual da Assembléia Legislativa, faria uma análise do que foi realizado até o momento e explicaria o desenvolvimento da audiência. Concluiu dizendo que em função de ter um compromisso mais tarde, assumiria a presidência dos trabalhos outro deputado, e desejou boas-vindas a todos. Dando seqüência, passou a palavra aos membros da mesa, iniciando pelo **senhor deputado Jean Kuhlmann**, que cumprimentou todos os presentes e disse que aquele era um momento de muita responsabilidade e muito importante para se garantir os anseios da região do Alto Vale, destacando o papel vital e igualitário de cada cidadão na colocação das prioridades. Disse que estavam ali mais para ouvir a comunidade a fim de que na hora em que fossem votar o Orçamento soubessem o que realmente é prioridade para a população. Prossequindo, o **senhor deputado Silvio Dreveck** saudou os presentes e reafirmou a importância do orçamento regionalizado, oportunidade em que se conhece a realidade de cada comunidade, mas que era necessário fazer uma reflexão quanto à limitação existente no Orçamento do Estado, porque recursos para investimento são poucos ou quase nada para os

parlamentares legislarem. Disse, também, que com a criação do Fundo Social, do Fundo da Cultura, do Fundo do Turismo, os parlamentares não tinham poder de indicar qualquer obra ou investimento, já que era prerrogativa do governo do Estado, e por conta disso era necessário priorizar o possível a fim de não se criar falsas expectativas, como vem acontecendo nos últimos anos, em que a receita vem aumentando e os recursos para investimentos permanecem os mesmos. Encerrando, agradeceu a oportunidade e desejou uma boa reunião a todos. O **senhor deputado Renato Hinnig** cumprimentou as autoridades e os demais presentes e afirmou que estavam mais uma vez cumprindo a Constituição para ouvir as lideranças e elencar as prioridades de cada região. Ratificou o que disse o deputado Silvio Dreveck a respeito do pouco recurso existente para investimento por força de exigências contidas na Constituição e na legislação da vinculação das receitas do Estado, afirmando ser necessário discutir melhor a questão da vinculação das receitas, talvez criando uma nova legislação que dê uma maior folga para investimentos. Disse que como os recursos do Estado são escassos, era necessário ter competência para definir bem as prioridades para cada região e que na Assembléia Legislativa fariam o trabalho de fiscalizar o governo para que essas prioridades fossem executadas. Encerrou desejando um bom trabalho. O **senhor deputado Jaime Pasqualini** cumprimentou os membros da mesa e os demais presentes e desejou boas-vindas a todos. Disse que se vive o eterno dilema do ideal e do real, que o ideal era o que estavam fazendo ali, contribuindo com o Executivo ao elencarem as obras prioritárias, e quiçá fosse o real o governo atender aos anseios da comunidade, mas como não acontecia bem assim, os parlamentares trabalhavam cada vez mais para que os resultados das audiências públicas do orçamento fossem executados. Argumentou que quando o governo atende às prioridades da comunidade ele está fazendo política e não politicagem e que o que estavam fazendo ali era política, com cada um dando a sua contribuição para eleger as prioridades da região. Encerrou dizendo que de todas as prioridades que deverão ser elencadas, a número um deverá ser o fortalecimento do hospital regional. O **senhor deputado Carlos Hoegen** saudou os presentes e parabenizou o presidente Jorginho Mello por trazer ao encontro do povo a discussão do Orçamento e das prioridades da região, cumprindo-se a verdadeira democracia. Frisou que esperava que um dia o orçamento regionalizado fosse impositivo, para que o que fosse decidido pela população fosse cumprido pelo governador. Falou que teve a oportunidade de participar de outras audiências do orçamento regionalizado no passado e de ter tido a infelicidade de não ver as prioridades serem executadas, mas que tem amadurecido a idéia de um dia vivenciar a democracia com a participação. Afirmou que a região tem muitas necessidades, mas que agora vive um momento alvissareiro em função da agricultura e do resultado econômico produzido pelo homem do campo. Argumentou que o governo descentralizado do governador Luiz Henrique da Silveira aproximou todos os cidadãos das escolhas das prioridades para cada região; que aquela era uma reunião que deveria ter mais participantes, mas que em função de muitas vezes o orçamento ser uma peça decorativa, o cidadão passou a não dar mais crédito. Concluiu dizendo que se junta aos esforços dos deputados da região para que as necessidades elencadas sejam sempre lembradas, e que como o objetivo era ouvir o povo, desejou um bom trabalho a todos. O **senhor deputado Ismael dos Santos** cumprimentou todos os presentes e citou um dramaturgo alemão, que dizia que tudo se resumia ao plano. E parafraseou o dramaturgo dizendo que naquele momento tudo se resumia ao Orçamento do Estado, que vai da sua elaboração até a sua execução. O **deputado Rogério Mendonça (Peninha)** saudou os presentes, especialmente os deputados suplentes por estarem desenvolvendo um bellissimo trabalho na Alesc, dizendo que o Alto Vale estava bem representado. Fez um cumprimento especial à equipe de servidores da Alesc, sempre fazendo um grande trabalho não só dentro da Casa, mas fora também ao percorrer o Estado com as audiências públicas. Afirmou que estavam ali desempenhando uma prerrogativa constitucional para tirar as prioridades da região que fariam parte do Orçamento e que por estar participando do décimo ano das

audiências, percebia que ano a ano o número de participantes reduzia, talvez pelo fato das pessoas estarem desmotivadas. Observou que o Orçamento do Estado não é uma peça decorativa, mas que depende muito da boa vontade de quem está à frente do Executivo, por isso sempre defendeu que fosse incluindo no orçamento regionalizado um percentual ou um valor fixo, mesmo que pequeno, para as regiões decidirem onde investir, e que assim haveria uma maior motivação e, conseqüentemente, uma maior participação. Disse que, infelizmente, não tem encontrado eco a essa sugestão, mas que esperava contar com o apoio dos colegas presentes para levar a idéia à Assembléia. Frisou que o espírito democrático das audiências, com a abertura dada às comunidades, era muito importante, acreditando que ainda avançariam muito, e encerrou agradecendo a oportunidade de estarem juntos discutindo o Orçamento do Estado de Santa Catarina. O **senhor José Batista da Silva, representando o secretário da SDR de Rio do Sul**, cumprimentou os presentes e fez uma saudação especial aos deputados da região. Disse que o esvaziamento das audiências não vem ocorrendo somente em reuniões daquele tipo, mas também nas do Conselho do Desenvolvimento Regional, e que há muito se vem buscando uma divisão orçamentária para que as Secretarias Regionais possam ter um quinhão a ser administrado de forma mais ampla para a região. Concluiu desejando um bom trabalho a todos. O **senhor Paulo Cezar Schlichting da Silva, prefeito de Agrolândia e presidente da Amavi**, saudou todos os membros da mesa e os demais presentes e disse que já havia entregue ao presidente da audiência, deputado Jorginho Mello, um rol de reivindicações da região englobando seis pontos, que deveria atender as áreas da saúde, do transporte, da habitação, da educação, do planejamento, do desenvolvimento e da segurança pública, fruto das demandas que os prefeitos trazem para as reuniões. Apelou para a sensibilidade dos deputados no sentido de que os serviços de média e alta complexidade sejam prioridades da região, não querendo desmerecer as outras. O **doutor Ernani Dutra, promotor de justiça, representando o procurador-geral de Justiça, doutor Gercino Gomes Neto**, cumprimentou os membros da mesa e disse que tem uma visão diferente em relação ao esvaziamento das audiências: antigamente, quando se recebia a visita de um deputado, era feriado municipal, mas que hoje a informação chega tão fácil que deixa de ser notícia. Falou que a comunidade perde quando não participa de eventos como a audiência do orçamento regionalizado, pois é uma oportunidade única de externar seus anseios, e citou como exemplo o anseio da comunidade em ver a ligação do planalto norte Taió/Santa Terezinha. Concluiu parabenizando pela realização da audiência e colocando os promotores de justiça à disposição para o que fosse necessário. Retomando a palavra, o **senhor presidente, deputado Jorginho Mello**, justificou a ausência do deputado Jailson Lima, que por força maior não pôde comparecer à audiência, e fez o registro das seguintes autoridades presentes: senhor Ivo Adami, prefeito de Presidente Getúlio; senhor Lourival Lunelli, prefeito de Vitor Meirelles; senhora Edna Beltrame Gesser, prefeita de Dona Emma; senhor Henrique Peron, prefeito de Mirim Doce; senhor José Goetten de Lima, prefeito de Taió; senhor Jonas Gomes, vice-prefeito de Taió; senhor Almir Guski, secretário da SDR de Taió; senhora Luz Marina Stradiotto Steckert, representando a Secretaria de Estado do Planejamento; senhora Sandra Bertoncini, técnica da Secretaria de Estado do Planejamento; vereador Vlademir Luiz Minusculi, presidente da Câmara Municipal de Presidente Getúlio; vereador Ivo Testoni, de Agronômica; vereador Osmar Capistrano da Cunha, de Salete; vereador Osni Kuhnen, de Salete; vereador Natal Tose, presidente da Câmara Municipal de Vitor Meireles; senhor Nilson Werter, representando o prefeito de Pouso Redondo; senhor Sérgio Valmor Chicato, representando o senador Neuto De Conto; senhor Milton Kuhnen, diretor-geral da SDR de Taió; senhor Dante Bonin, presidente da Associação Empresarial de Ibirama; senhor Dario Noll, diretor-geral da Udesc de Ibirama; senhor Joel Wippel, representando o secretário da SDR de Ibirama; tenente-coronel Adelino Senen Cardoso, comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar; doutora Eliane Dalfovo Paupitz, representando a OAB de Florianópolis; vereadora Maria Aparecida Cristovam de Souza,

presidente da Câmara Municipal de Lontras; vereadora Iara Mariza Bonin, presidente da Câmara Municipal de Taió; vereadora Vivian Matias, de Taió; senhor Hugo Lembeck, prefeito de Salete; e vereador Francisco Jeremias, de Vitor Meirelles. Na seqüência passou a palavra ao **senhor Lício Mauro da Silveira, coordenador da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembléia Legislativa**, que saudou todas as autoridades e os demais presentes e, através de apresentação em *PowerPoint* (Anexo I), fez uma análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada SDR em relação ao do Estado e ao do Brasil, solicitando que as SDRs prestassem atenção à necessidade de atualizar o IDH ano a ano, já que proximamente estará dando entrada na Alesc um projeto de lei alterando de IDS para IDH. Fez também um breve relato sobre as nove audiências públicas realizadas em 2007, oportunidade em que foram discutidas e elencadas com a sociedade as doze subações prioritárias para o PPA 2008/2011 e as três que fariam parte da LOA 2008, demonstrando a execução orçamentária das mesmas. Prosseguindo, explicou a metodologia de trabalho a ser desenvolvida na segunda etapa da audiência, que objetiva reunir em grupos as SDRs de Rio do Sul, Ibirama, Ituporanga e Taió e os municípios integrantes de cada jurisdição, respectivamente, para que priorizem as três subações que serão colocadas no Projeto de Lei 102.6/2008 (LDO) e na peça orçamentária para o exercício financeiro de 2009. Em seguida passou a palavra à **senhora Sandra Bertoncini, técnica da Secretaria de Estado do Planejamento**, que, através de apresentação em *PowerPoint* (Anexo II), fez uma breve exposição sobre as ações executadas nas várias SDRs. Na SDR de Ibirama foram executadas ações nas áreas da infra-estrutura e da habitação, com atenção especial aos índios; na SDR de Ituporanga nas áreas da saúde e da educação; na SDR de Rio do Sul ações nas áreas da segurança pública e da infra-estrutura; e na SDR de Taió ações nas áreas da segurança pública e da infra-estrutura. Afirmou sobre a importância da participação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional para que a descentralização tenha sucesso e encerrou dizendo que estaria à disposição de todos, desejando uma boa reunião. Retomando a palavra, o senhor Lício Mauro da Silveira falou que naquele momento suspenderia a audiência pública para que os grupos se reunissem. (*Interrompeu-se a audiência e os grupos de trabalho se reuniram para escolher as subações prioritárias que estão no PPA para incluir na LDO e na LOA 2009.*) Encerradas as atividades desenvolvidas nos grupos de trabalho, o **senhor presidente, deputado Rogério Mendonça (Peninha)**, que assumiu a presidência dos trabalhos, convidou para refazer a mesa os deputados presentes e, de imediato, passou a palavra aos relatores de cada SDR para que expusessem as subações escolhidas para a LDO e a LOA 2009. O **senhor Ivo Testoni, relator do grupo de trabalho da Regional de Rio do Sul**, registrou as seguintes propostas: 1) Subação 6075 - manter convênio de adequação da atenção na média e alta complexidade; 2) Subação 1514 - implantação e ampliação da rede coletora, tratamento e destino final do esgoto sanitário; e 3) Subação 9228 - construção de centro de eventos multiuso. O **senhor Renato Esser, relator do grupo de trabalho da Regional de Ituporanga**, registrou as seguintes propostas: 1) Subação 8619 - apoio ao sistema viário urbano; 2) Subação 5707 - investimento em terminais rodoviários e abrigos de passageiros; e 3) Subação 8741 - centro administrativo regional. A **senhora Estela Stange Purnhagen, relatora do grupo de trabalho da Regional de Taió**, registrou as seguintes propostas: 1) Subação 0511 - terraplanagem, pavimentação, OAE e supervisão do trecho Rio do Campo/Ribeirão Carneiro - BR-116; 2) Subação 9222 - implementação e ampliação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário; e 3) Subação 8615 - apoio ao sistema viário rural. A **senhora Silvana Leite, relatora do grupo de trabalho da Regional de Ibirama**, registrou as seguintes propostas: 1) Subação 9120 - acesso da BR-470 à BR-116 (viabilidade técnica); 2) Subação 8589 - apoio ao sistema viário rural; e 3) Subação 8512 - centro administrativo regional. Retomando a palavra, o **senhor presidente, deputado Rogério Mendonça (Peninha)**, anunciou os conselheiros titulares e suplentes, respectivamente, escolhidos pela plenária, que farão parte do Conselho Estadual do Orçamento Regionalizado: senhor Paulo Cezar Schlichting da Silva e senhor Ivo Testoni; senhor Nilo Jungles e senhor Genoir Schreiber; senhor Renato Esser e senhor João Dal Pont; e senhor Wilson Rocha e senhora Emerita Borghesan. Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência pública.

**DEPUTADO JORGINHO MELLO  
PRESIDENTE**

\*\*\* X X X \*\*\*

## ERRATA

### ERRATA Nº 001

Na seguinte errata a Redação Final do PL/0102.6/2008, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009 e adota outras providências:

No Art. 31, § 2º, onde se lê:

§ 2º Sem prejuízo das demais normas regulamentares, somente poderão ser concedidos empréstimos e financiamentos a municípios que atenderem às condições previstas no art. 37 desta Lei.

§ 2º Sem prejuízo das demais normas regulamentares, somente poderão ser concedidos empréstimos e financiamentos a municípios que atenderem às condições previstas no art. 38 desta Lei.

e, no caput do Art. 35, onde se lê:

Art. 35. No exercício de 2009, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 33 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento considerado de relevante interesse público nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 35. No exercício de 2009, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 34 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento considerado de relevante interesse público nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### Extrato N.º 100/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º. 046/2008, celebrado em 01/08/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: GPL Construções e Consultoria Ltda.

OBJETO: Execução de reforma de O2 (dois) sanitários localizados no anexo superior do Palácio Barriga-Verde, com o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada, de acordo com as demais especificações constantes do Edital, seus anexos e com as condições propostas pela CONTRATADA.

VALOR GLOBAL: R\$ 110.458,78 (cento e dez mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos)

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão n.º 029/2008; Autorização para Processo Licitatório n.º 0047/2008, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 01º de agosto de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Lourival Dutra - GPL Construções e Consultoria Ltda.

\*\*\* X X X \*\*\*

### Extrato N.º 101/2008

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 035/2008, celebrado em 16/06/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Sandra Regina de Oliveira Tavares ME.

OBJETO: proceder alterações quantitativas ao objeto do Contrato original acrescentando novos produtos que comporão os coffee breaks fornecidos à Alesc, sem alteração no valor global do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Item 13.7 do Edital do Pregão Presencial n.º 020/2008; Item 4.2 da Cláusula Quarta do Contrato original; e Autorização Administrativa.

Florianópolis, 30 de julho de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Sandra Regina de Oliveira Tavares

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 102/2008**

REFERENTE: Protocolo de Intenções CL n.º 002/2008-00, celebrado em 21/07/2008.

1º PARTÍCIPE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC

2º PARTÍCIPE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA - TRE/SC

OBJETO: estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre a ALESC e a EJE/SC.

VIGÊNCIA: compreendida entre a data da sua assinatura até 31/12/2012, podendo ser alterado ou prorrogado, mediante Termo Aditivo, a critério dos partícipes.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116, da Lei n.º 8.666/93; Resolução TRE/SC n. 7.376, de 27.4.2004, e Autorização Administrativa da ALESC.

Florianópolis, 21 de julho de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

Desembargador João Eduardo Souza Varella - Presidente do TRE/SC

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>
---

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia dois de julho do ano de dois mil e oito, sob a Presidência dos Senhores Deputados Romildo Titon, Jorginho Mello e Dirceu Drech, reuniram-se as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e a de Segurança Pública. Presentes os demais membros titulares e substitutos: Deputada Odete de Jesus, Deputados Herneus de Nadal, Joares Ponticelli, Pedro Uczai, Marcos Vieira, Narcizo Parisotto, Gelson Merísio, Silvio Dreveck, José Natal, Manoel Mota, Professor Grando, Elizeu Mattos, Dirceu Dresch, Reno Caramori, Sargento Amauri Soares, Nilson Gonçalves, Carlos Hoegen, Ivan Naatz e Renato Hinnig. Aberto os trabalhos no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Gelson Merísio relatou o PLC/0014.2/08, exarando voto de vista favorável com sub-emenda, que colocado em discussão e votação, foi aprovado o relatório do Deputado Romildo Titon, favorável com emenda substitutivo global. No âmbito das Comissões de Finanças e Tributação e de Segurança Pública, foi acatado e aprovado por unanimidade o parecer da Comissão de Constituição e Justiça favorável com Emenda Substitutiva Global ao PLC/0014.2/08. O Deputado Romildo Titon registrou a presença do Comandante da Polícia Militar Cel. Eliesio Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, os Presidentes agradeceram a presença dos Senhores Deputados e encerraram a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelos Presidentes e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 2 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon Deputado Jorginho Mello

Presidente da CCJ Presidente da CFT

Deputado Dirceu Drech

Presidente da CSP

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

Às nove horas do dia oito de julho de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos demais senhores Deputados: Herneus de Nadal, Gelson Merísio, Joares Ponticelli, Marcos Vieira, Pedro Baldissera, Narcizio Parisotto, Pedro Uczai, Ismael dos Santos substituindo/Jean Kuhlmann e Herneus de Nadal. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou para aprovação a ata da 14ª reunião ordinária e 1ª e 2ª reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho Administração e Serviço Público, que foram aprovadas por

unanimidade. O Deputado Ilmael dos Santos relatou o PL/0162.7/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, o PL/0173.0/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Joares Ponticelli, o PEC/0003.1/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, o PL/0131.0/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o PL/0668.6/07, exarando voto de vista contrário, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Joares Ponticelli. O Deputado Marcos Vieira relatou o PL/0107.0/08, exarando parecer contrário, que colocado em discussão, foi aprovado cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai. O Deputado Pedro Uczai relatou o PL/0035.1/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Herneus de Nadal, o PLC/0015.3/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Marcos Vieira e o PLC/0008.4/08, exarando parecer favorável com emenda modificativa, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Marcos Vieira. O Deputado Gelson Merísio relatou o PL/0151.4/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0087.2/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Romildo Titon relatou as seguintes matérias: os PLs/0189.7/08, 0196.6/08, 0181.0/08 e 0187.5/08, exarando parecer pela diligência interna à todos, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, os PLs/0176.2/08, 0167.1/08, 0183.1/08, 0193.3/08, 0168.2/08, 0190.0/08 e 0131.0/08, exarando parecer favorável à todos, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, e por último o PLC/0021.1/08, exarando parecer favorável com emenda substitutivo global, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

Às nove horas do dia quinze de julho de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos demais senhores Deputados: Herneus de Nadal, Gelson Merísio, Joares Ponticelli, Marcos Vieira, Narcizo Parisotto, Pedro Uczai e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou para aprovação as atas da 15ª e 16ª reuniões ordinárias, que foram aprovadas por unanimidade. O Deputado Jean Kuhlmann relatou os PLs/0161.6/08, PLs/0144.5/08, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Deputado Marcos Vieira relatou o PL/0182.0/08, exarando parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PLC/0008.4/08, exarando parecer pelo apensamento com emenda substitutivo global ao PLC/0015.3/08, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o PL/0136.5/08, exarando parecer contrário, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Pedro Uczai relatou o PL/0139.8/08, exarando parecer voto de vista pelo apensamento ao PL/0534.4/07, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PLC/0013.1/08, exarando parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0045.3/08, exarando parecer voto de vista pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0543.5/07, exarando parecer voto de vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer contrário do Deputado Herneus de Nadal e o PLC/0021.1/08, exarando parecer voto de vista favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

Deputado Gelson Merísio relatou o PEC/0002.0/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Herneus de Nadal. O Deputado Herneus de Nadal relatou o PL/0431.9/07, exarando parecer voto vista contrário, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Joares Ponticelli e o PL/0567.2/07, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Joares Ponticelli. O Deputado Joares Ponticelli, relatou o PL/0518.4/07, exarando parecer contrário, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete dos Deputados Jean Kuhlmann e Pedro Uczai. O Deputado Romildo Titon relatou os PLs/0201.8/08, 0188.6/08 e 0191.1/08, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o PL/0197.7/08, exarando parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

Às nove horas do dia vinte e dois de julho de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos demais senhores Deputados: Herneus de Nadal, Ismael dos Santos/Gelson Merísio, Reno Caramori/Joares Ponticelli, Marcos Vieira, Elizeu de Mattos/Narcizo Parisotto, Pedro Uczai, Pedro Baldissera e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou para aprovação as atas da 3ª reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, ata da 1ª reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e a Comissão de Segurança Pública e a ata da 16ª reunião ordinária, que foram aprovadas por unanimidade. O Deputado Jean Kuhlmann relatou o PL/0195.5/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0518.4/08, exarando parecer de voto vista favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai e o PL/0185.3/08, exarando parecer contrário, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Deputado Herneus de Nadal relatou o PL/0108.1/08, exarando parecer pelo apensamento ao PL/0109.2/08, com diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e PL/0060.0/08, exarando parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Pedro Baldissera, relatou o PL/0145.2/08, exarando parecer pela diligência externa, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Reno Caramori relatou os PLs/0180.9/08, 0164.9/08 e 0205.1/08, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o PLC/0016.4/08, exarando parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Romildo Titon, os PLs/0200.7/08, 0216.4/08, 0187.5/08, 0198.8/08, 0217.5/07 e 0203.0/08, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 22 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.**

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, sob a Presidência do deputado Jorginho Melo, foram abertos os trabalhos da 18ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, reuniram-se os senhores deputados: José Natal Pereira, Jean Kuhlmann, em substituição ao deputado Gelson Merísio, Décio Góes, Sílvio Dreveck, Renato Hinnig, Manoel Mota, Ivan Naatz, em substituição ao deputado Jandir Bellini e a deputada Odete de Jesus. Participaram também os deputados: Dirceu Dresch e Pedro Uczai. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação a ata da 17ª reunião ordinária, aprovada por unanimidade. O Presidente passou a palavra ao deputado José Natal Pereira, relatou o PL./0153.6/2008, votou pela aprovação, mas com a ressalva de que a necessidade maior está na fiscalização, que não existe neste país, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, na seqüência relatou o PL./0195.5/2008, seu relato foi pela aprovação, em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Presidente convidou o deputado Sílvio Dreveck para relatar o PL/0016.9/2008, seu relato foi pelo diligenciamento, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, na seqüência o deputado Jean Kuhlmann, relatou o PLC/0036.8/2008, seu voto foi pela aprovação nos termos do substitutivo global, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o deputado Décio declinou o seu tempo por necessitar de mais tempo e da assessoria da FECAN para relatar. Na seqüência, o deputado Sílvio Dreveck passou a relatar o PL/0016.9/2008, o seu voto foi pelo diligenciamento, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, ainda com a palavra, passou a relatar o PL/0486.2/2007, seu voto foi pelo diligenciamento, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Manoel Mota, por solicitação do Presidente Jorginho Melo, relatou o PL/0087.2/2008, seu voto foi favorável, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Renato Hinnig foi solicitado para relatar o PL/0102.6/2008, o relator discorreu sobre seu parecer, dentro das cento e sessenta emendas, sendo setenta e nove do Orçamento Regionalizado e as emendas oitenta, oitenta e um, cento e cinquenta e cinco cento e cinquenta e oito e cento e cinquenta e nove e cento e sessenta foram de origem parlamentar. Acatou as setenta e nove emendas das propostas escolhidas como prioridades, nas Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado, realizadas no mês de junho pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. As outras vinte e nove prioridades, que constam deste relatório, de acordo com o relator, já estão previstas no projeto enviado pelo Poder Executivo. As emendas dos parlamentares só seis foram contempladas. A Bancada do Partido dos Trabalhadores e a Bancada dos Democratas adiantaram que devem pedir destaque em Plenário das suas emendas que foram rejeitadas. Cada sigla partidária apresentou três emendas. Para a execução das ações previstas nas emendas acatadas, como aplicação em novos investimentos, estão disponibilizados somente zero virgula zero quatro por cento da previsão orçamentária. Mesmo com valor considerado muito baixo para atender às demandas apresentadas pelas comunidades, o deputado Renato Hinnig reuniu-se com o Governador Luiz Henrique da Silveira, o Secretário de Planejamento, Altair Guidi, Administração, Antônio Marco Gavazzoni, e o Secretário de Fazenda, Sérgio Alves, antes da finalização do relatório. Segundo o relator, buscou construir a condição para que sejam asseguradas as prioridades de execução das obras apontadas no Orçamento Regionalizado. O encontro resultou em emenda que obriga o Poder Executivo a priorizar as demandas do Orçamento Regionalizado, referendando determinação da Constituição do Estado. O relator alertou que deverá ser respeitada a obrigatoriedade do Governo sobre aplicação de receitas vinculadas como repasse aos Poderes, percentuais da Educação e Saúde, entre outros. Entre as emendas acrescentadas ao texto original ao Projeto está a que prevê recursos para ampliação e reforma do prédio do Palácio Barriga-Verde e o repasse de verbas necessárias à cobertura de insuficiência financeira de caráter previdenciário do Poder Legislativo. Ao Projeto foi acrescentada emenda que permite que o Estado repasse ao Ministério Público os valores necessários, através de convênio, para que seja fortalecida a atividade de fiscalização e inteligência contra crimes fiscais. Com isso, acredita o deputado relator, que a receita estadual deverá aumentar, já que o esforço será no sentido de coibir a sonegação. O resultado terá reflexos positivos também sobre os repasses aos Poderes, vinculados a percentual da receita estadual. O deputado Presidente colocou em votação o relatório conclusivo, foi aprovado por

unanimidade. Não tendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos da presente Reunião, a qual eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

**Deputado JORGINHO MELLO**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Jean Kuhlmann, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da nona reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli, Renato Hinnig, Elizeu Mattos, Professor Grandó, Dirceu Dresch e José Natal Pereira. Em seguida, o senhor Presidente em exercício colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0076.0/2008, de autoria do Governo do Estado, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender o Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE, e estabelece outras providências. Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Pedidos de vista dos Deputados Renato Hinnig e Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer do Relator, foi aprovado por unanimidade, com emendas aditiva, supressiva e modificativa; 0131.0/2008, de autoria do Deputado Romildo Titon, que "Declara de utilidade pública a Associação Camponovense de Apoio a Deficientes Auditivos e Visuais, no Município de Campos Novos". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0147.8/2008, de autoria do Deputado Julio Garcia, que "Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Padre Pedro Baron, com sede no Município de Itajaí". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0155.8/2008, de autoria do Deputado Pedro Uczai, que "Declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Mafra, com sede no Município de Mafra". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0158.0/2008, de autoria do Deputado Edson Dias (Piriquito), que "Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Várzea - AMBV, com sede no Município de Itapema". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0177.3/2008, de autoria do Deputado Júlio Garcia, que "Declara de utilidade pública a Associação de Voluntários Herdeiros do Futuro, com sede no Município de Curitiba". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0653.0/2007, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública a Associação Coral Santa Cecília, no Município de Blumenau". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, com emenda aditiva, foi aprovado por unanimidade; 0654.0/2007, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública o Clube de Skat Hermann Berg, no Município de Blumenau". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, com emenda aditiva, foi aprovado por unanimidade e Ofícios nºs 0019.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Espírita de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0029.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0049.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0068.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião, de Papanduva, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado

Jaime Pasqualini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0078.8/2008, que "Encaminha Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morro da Fumaça, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0079.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Barrasulense da Terceira Idade, de Balneário Barra do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0080.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0082.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Beneficente Dom Daniel Hosten, de Otacílio Costa, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0083.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0084.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes - APAE, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0086.8/2008, que "Encaminha Relatório de Atividades da Associação das Micro e Pequenas Empresas - AMPE, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0087.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Italiana Coral São José de Botuverá - Coral Giuseppe Verdi, de Botuverá, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0088.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Hospital Santa Catarina, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0089.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação Fritz Muller, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0090.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Blumenauense de Amparo aos Menores, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0091.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação Educacional Evangélica, de Brusque, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0093.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Comunidade Evangélica de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0094.8/2008, que "Encaminha Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tijucas, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0095.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0096.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais, de Joinville, referente ao exercício de 2005". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0097.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Mãe da Divina Providência - Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, de Lages, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0098.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Otacílio Costa, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0101.1/2008, que "Encaminha Relatório de

Atividades da Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0105.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Cruz no Brasil, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0106.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Educandário Nossa Senhora de Lourdes, de Brusque, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0107.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Educandário Nossa Senhora de Lourdes, de Brusque, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0108.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes, de Itajaí, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0110.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Italiana Coral São José de Botuverá - Coral Giuseppe Verdi, de Botuverá, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0112.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro Educacional Infantil Criança Feliz, de Joinville, referente ao exercício de 2008". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Foi apensado ao Processo Legislativo Of/00111.3/2008; 0116.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Urussanga, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0118.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Beneficência Camiliana do Sul, de Concórdia, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0119.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Ação Social Paroquial São José de Botuverá, também designada Ação Social Leão Dehon, de Botuverá, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0121.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Beneficente das Senhoras Evangélicas de Lontras, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0125.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Missão Evangélica União Cristã, de Blumenau, referente aos exercícios de 2006/2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0127.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro Assistencial Espírito Santo, de Tijucas, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0131.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, de Brusque, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0133.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação, de Itajaí, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0136.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Instituto Maria Auxiliadora, de Rio do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0138.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Colégio Dom Bosco, de Rio do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; e 0140.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE -, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Jean Kuhlmann  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## REDAÇÕES FINAIS

### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0076.0/2008

O art. 2º do Projeto de Lei nº PL/0076.0/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta a projeção dos valores a serem considerados nos orçamentos anuais durante o prazo para liquidação da operação de crédito, relativos ao serviço de juros e amortização, os quais estarão sujeitos a alterações em função de variáveis contratuais.

Parágrafo único. Além dos valores previstos no *caput*, o Orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do PMAE."

Sala da Comissão, em 27/05/08

Deputado Marcos Vieira

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 23/07/08

### JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa visa adequar a proposição às exigências do art. 115, § 2º, da Constituição Estadual, agrupando em um único artigo as disposições sobre consignações orçamentárias de exercícios subsequentes e tendo em vista a Emenda Supressiva ao art. 5º da proposição.

### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0076.0/2008

Fica acrescido Anexo Único ao Projeto de Lei nº PL/0076.0/2008, com a seguinte redação:

### "ANEXO ÚNICO

#### OPERAÇÃO DE CRÉDITO

PROJEÇÃO DE VALORES PARA INCLUSÃO NOS ORÇAMENTOS ANUAIS  
FINALIDADE: Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE

EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS	JUROS	AMORTIZAÇÕES
2008	8.000.000,00	268.125,00	-
2009	7.000.000,00	1.079.375,00	-
2010	-	1.237.500,00	-
2011	-	1.201.406,25	1.500.000,00
2012	-	979.687,50	3.000.000,00
2013	-	732.187,50	3.000.000,00
2014	-	484.687,50	3.000.000,00
2015	-	237.187,50	3.000.000,00
2016	-	25.781,25	1.500.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>6.245.937,50</b>	<b>15.000.000,00</b>

### JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Aditiva visa adequar a proposição às exigências do art. 115, § 2º, da Constituição Estadual, informando a projeção de valores a serem considerados nos orçamentos anuais durante o prazo para liquidação da operação de crédito, sujeitos a alterações de acordo com variáveis contratuais.

Sala da Comissão, em 27/05/08

Deputado Marcos Vieira

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 23/07/08

### EMENDA SUPRESSIVA DE LEI Nº PL/0076.0/2008

Fica suprimido o art. 5º do Projeto de Lei nº PL/0076.0/2008

Sala da Comissão, em 27/05/08

Deputado Marcos Vieira

### JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Supressiva é decorrência da perda de objeto do art. 5º da proposição, resultado da Emenda Modificativa que alterou a redação do art. 2º, dando nova redação ao referido artigo.

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 23/07/08

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 076/08

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender o Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de agente financeiro nacional, no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), para implementação do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE, no âmbito do Estado de Santa Catarina.



Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta a projeção dos valores a serem considerados nos orçamentos anuais durante o prazo para liquidação da operação de crédito, relativos ao serviço de juros e amortização, os quais estarão sujeitos a alterações em função de variáveis contratuais.

Parágrafo único. Além dos valores previstos no *caput*, o Orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do PMAE.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como garantia, cotas de receitas próprias a que se refere o art. 155 da Constituição Federal e das transferências constitucionais previstas no art. 157 e no art. 159, incisos I, alínea "a", e II da Constituição Federal, além dos créditos previstos na Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 131/08

Declara de utilidade pública a Associação Camponovense de Apoio a Deficientes Auditivos e Visuais, de Campos Novos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Camponovense de Apoio a Deficientes Auditivos e Visuais, com sede no Município de Campos Novos.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver;

e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 147/08

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Padre Pedro Baron, com sede no Município de Itajaí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Escoteiro Padre Pedro Baron, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver;

e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 155/08

Declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Mafra, com sede no Município de Mafra.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Mafra, com sede e foro no Município de Mafra.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 158/08

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Várzea - AMBV, com sede no Município de Itapema.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Várzea - AMBV, com sede no Município de Itapema.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver;

e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 168/08

Declara de utilidade pública a Fundação Frederic Froebel, com sede no Município de São Bento do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Frederic Froebel, com sede no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 177/08

Declara de utilidade pública a Associação de Voluntários Herdeiros do Futuro, com sede no Município de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Voluntários Herdeiros do Futuro, com sede no Município de Curitiba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver;

e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 183/08

Declara de utilidade pública o Circulo Dei Bergamaschi Di Botuverá, com sede no Município de Botuverá.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Circulo Dei Bergamaschi Di Botuverá, com sede no Município de Botuverá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 190/08

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Vila Vitória, com sede no Município de Criciúma.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores de Vila Vitória, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 191/08

Declara de utilidade pública a Organização Musical Catarinense - Associação Musical em Biguaçu, com sede no Município de Biguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização Musical Catarinense - Associação Musical em Biguaçu, com sede no Município de Biguaçu.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

PLANO PLURIANUAL 2008-2011

PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

PROGRAMA/SUBAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FF	VALOR
0970 -	INFRA-ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO			
009279 -	Reforma do Prédio do Antigo Fórum de Joinville -TJ	m²	OGE	4.000.000

R\$ 1,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, por conta do excesso de arrecadação do orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, vinculado ao Contrato nº 53/2008, contrato de prestação de serviços financeiros e outras avenças que celebram entre si o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Poder Judiciário - Tribunal de Justiça, e o Banco do Brasil S.A., visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

03000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO  
 03091 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA  
 Atividade Reforma do Prédio do Antigo Fórum de Joinville - TJ  
 Código 03091.02.061.0970.0263 P 009279  
 Produto Fórum Reformado  
 4. DESPESAS DE CAPITAL  
 4.4. INVESTIMENTOS  
 4.4.90. Aplicações Diretas  
 4.4.90.51.00 (0198) Obras e Instalações ..... R\$ 3.000.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0220.0/2007

Fica acrescido o art. 3º, renumerando os demais.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 23/07/08

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 193/08

Declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Música - AMIMU, com sede no Município de Caçador.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Amigos da Música - AMIMU, com sede no Município de Caçador.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 195/08

Aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011 e autoriza a abertura de crédito especial do Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011, constante do Anexo Único da Lei nº 14.359, de 21 de janeiro de 2008, conforme a programação a seguir especificada:

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 220/07

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Miranda, no Município de São Francisco do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Miranda, com sede no Município de São Francisco do Sul.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 554/07

Determina que as caixas de medicamentos, distribuídas e/ou comercializadas no âmbito do Estado de Santa Catarina, tenham o nome do produto e dosagem escritos também em linguagem Braille e fixa outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º As caixas de medicamentos, distribuídas e/ou comercializadas no âmbito do Estado de Santa Catarina, devem ter o nome do produto e a dosagem do mesmo escritos também em linguagem Braille.

Parágrafo único. Entende-se por linguagem Braille, disposta no *caput*, a chamada anaglipgrafia, que corresponde ao sistema de escrita em relevo, inventado pelo francês Louis Braille, permitindo a leitura, aos portadores de deficiências visuais severas ou profundas.

Art. 2º A não-observância desta Lei, implicará em multa no valor de 500 (quinhentos) a 1.000 (hum mil) UFIR's, dobrando na reincidência.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e vinte dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0653.0/2007

Fica acrescido o art. 3º, renumerando os demais.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon  
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 23/07/08

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 653/07

Declara de utilidade pública a Associação Coral Santa Cecilia, no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Coral Santa Cecilia, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0654.0/2007

Fica acrescido o art. 3º, renumerando os demais.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon  
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 23/07/08

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 654/07

Declara de utilidade pública o Clube de Skat Hermann Berg, no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Skat Hermann Berg, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 010/2008

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O Anexo X-B da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, passa a vigorar em conformidade com o disposto no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

#### ANEXO ÚNICO "ANEXO X-B

#### FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

(Lei Complementar nº 381, de 2007)

ENTIDADE	Quantidade	Código	Nível
<b>DENOMINAÇÃO DO CARGO</b>			
<b>GABINETE DO PRESIDENTE</b>			
Presidente	1		
Assistente do Presidente	1	DGS/FTG	2
Procurador Jurídico	1	DGS/FTG	1
Assessor de Comunicação	1	DGS/FTG	2
<b>DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
Diretor de Administração	1	DGS/FTG	1
Gerente de Recursos Humanos	1	DGS/FTG	2
Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade	1	DGS/FTG	2
Gerente de Planejamento e Avaliação	1	DGS/FTG	2
Gerente de Apoio Operacional	1	DGS/FTG	2
Gerente de Tecnologia da Informação	1	DGS/FTG	2
<b>DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL URBANO E INDUSTRIAL</b>			
Diretor de Licenciamento Ambiental Urbano e Industrial	1	DGS/FTG	1
Gerente de Licenciamento Urbano e Industrial	1	DGS/FTG	2

Gerente de Análise da Qualidade Ambiental	1	DGS/FTG	2
Gerente de Avaliação de Impacto Ambiental	1	DGS/FTG	2
<b>DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL RURAL</b>			
Diretor de Licenciamento Ambiental Rural	1	DGS/FTG	1
Gerente de Licenciamento Ambiental Agrícola	1	DGS/FTG	2
Gerente de Licenciamento Ambiental Florestal	1	DGS/FTG	2
<b>DIRETORIA DE PROTEÇÃO DOS ECOSISTEMAS</b>			
Diretor de Proteção dos Ecossistemas	1	DGS/FTG	1
Gerente de Unidades de Conservação e Estudos Ambientais	1	DGS/FTG	2
Gerente de Fiscalização	1	DGS/FTG	2
Gerente de Municipalização	1	DGS/FTG	2
<b>COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL</b>			
Gerente de Desenvolvimento Ambiental	14	DGS/FTG	2

" (NR)

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0021.1/2008**

O Projeto de Lei Complementar nº PLC/0021.1/2008 passa a ter a seguinte redação:

"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar nº 367, de 7 de novembro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os arts. 34 e 36 da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, passam a ter a seguinte redação:

'Art. 34. Aos Juizes Especiais de que trata o § 2º do art. 88 da Constituição do Estado de Santa Catarina compete:

(...)

VI - exercer outras competências que lhes forem atribuídas por ato do Tribunal de Justiça, na forma do art. 5º desta Lei Complementar.' (NR)

'Art. 36. O provimento do cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau dar-se-á por remoção, observados, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento.

Parágrafo único. No caso de remoção por merecimento, somente poderão concorrer ao cargo os Juizes de Direito com o interstício mínimo de dois anos de exercício na última entrância, integrantes da primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.' (NR)

Art. 2º Os arts. 43, 44, 45 e 67 da Lei Complementar nº 367, de 7 de novembro de 2006, passam a ter a seguinte redação:

'Art. 43. A remoção dar-se-á de um cargo para outro na mesma entrância e sempre precederá às promoções por merecimento, bem como ao provimento inicial de comarca ou vara.

§ 1º Aplicam-se à remoção, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento, observando-se, no que couber, o disposto nas Seções IV, V e VI deste Capítulo.

§ 2º No caso de remoção por antiguidade, a recusa, por interesse da administração, observará quorum qualificado.' (NR)

'Art. 44. O candidato à remoção pelo critério de merecimento deverá comprovar o interstício de dois anos de exercício na entrância e integrar a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.' (NR)

'Art. 45. Preenchida a vaga por remoção, a remanescente destinar-se-á, obrigatoriamente, ao provimento por promoção.' (NR)

'Art. 67. O provimento dos cargos de Juizes de Direito de Segundo Grau, que atuarão perante o Tribunal de Justiça, dar-se-á por remoção dentre os Juizes de Direito integrantes da última entrância, alternadamente, pelos critérios de antiguidade e merecimento, com observância do art. 36 da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, e a eles compete: (NR)

(...)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em  
Deputado Romildo Titon  
Relator

APROVADO EM 1º TURNO  
Em Sessão de 23/07/08  
APROVADO EM 2º TURNO  
Em Sessão de 23/07/08

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 021/2008**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, e da Lei Complementar nº 367, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os arts. 34 e 36 da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 34. Aos Juizes Especiais de que trata o § 2º do art. 88 da Constituição do Estado de Santa Catarina compete:

VI - exercer outras competências que lhes forem atribuídas por ato do Tribunal de Justiça, na forma do art. 5º desta Lei Complementar.

Art. 36. O provimento do cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau dar-se-á por remoção, observados, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento.

Parágrafo único. No caso de remoção por merecimento, somente poderão concorrer ao cargo os Juizes de Direito com o interstício mínimo de dois anos de exercício na última entrância, integrantes da primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago." (NR)

Art. 2º Os arts. 43, 44, 45 e 67 da Lei Complementar nº 367, de 7 de dezembro de 2006, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 43. A remoção dar-se-á de um cargo para outro na mesma entrância e sempre precederá às promoções por merecimento, bem como ao provimento inicial de comarca ou vara.

§ 1º Aplicam-se à remoção, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento, observando-se, no que couber, o disposto nas Seções IV, V e VI deste Capítulo.

§ 2º No caso de remoção por antiguidade, a recusa, por interesse da administração, observará quorum qualificado.

Art. 44. O candidato à remoção pelo critério de merecimento deverá comprovar o interstício mínimo de dois anos de exercício na entrância e integrar a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.

Art. 45. Preenchida a vaga por remoção, a remanescente destinar-se-á, obrigatoriamente, ao provimento por promoção.

Art. 67. O provimento dos cargos de Juizes de Direito de Segundo Grau, que atuarão perante o Tribunal de Justiça, dar-se-á por remoção dentre os Juizes de Direito integrantes da última entrância, alternadamente, pelos critérios de antiguidade e merecimento, com observância do art. 36 da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, e a eles compete:

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de julho de 2008  
Deputado Romildo Titon  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*